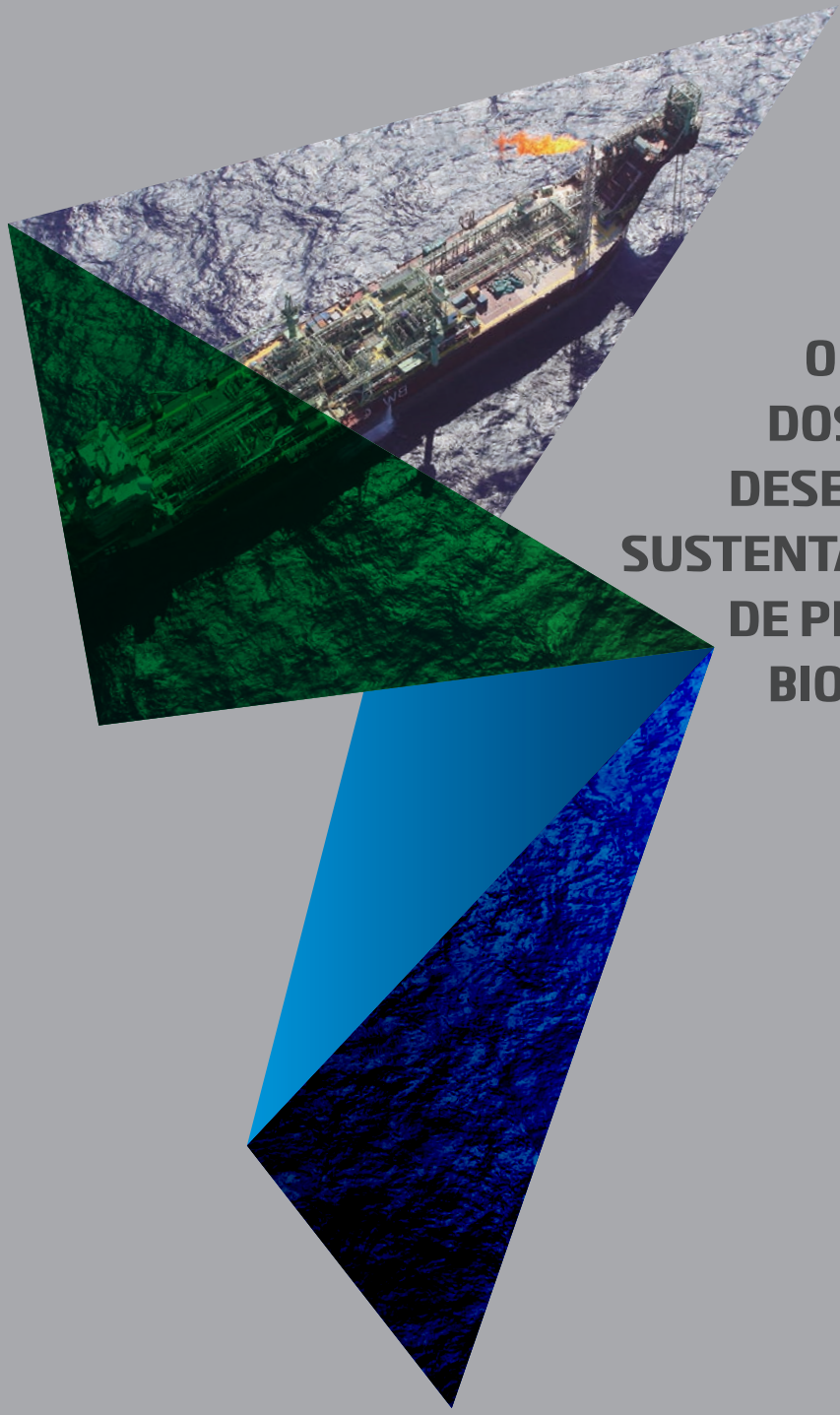
ibp INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS | 60 anos

CNI
Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA



O MAPEAMENTO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SETOR DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS

BRASÍLIA
2017

O MAPEAMENTO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SETOR DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI
Robson Braga de Andrade
Presidente

Diretoria de Desenvolvimento Industrial
Carlos Eduardo Abijaodi
Diretor

Diretoria de Comunicação
Carlos Alberto Barreiros
Diretor

Diretoria de Educação e Tecnologia
Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti
Diretor

Diretoria de Políticas e Estratégia
José Augusto Coelho Fernandes
Diretor

Diretoria de Relações Institucionais
Mônica Messenberg Guimarães
Diretora

Diretoria de Serviços Corporativos
Fernando Augusto Trivellato
Diretor

Diretoria Jurídica
Hélio José Ferreira Rocha
Diretor

Diretoria CNI/SP
Carlos Alberto Pires
Diretor

INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS – IBP
Jorge Camargo
Presidente

Secretaria Geral
Milton Costa Filho
Secretário Geral

Secretaria de Exploração e Produção
Antônio Guimarães
Secretário Executivo

Secretaria de Gás Natural
Luiz Costamilan
Secretário Executivo

ibp INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS | 60 anos

CNI
Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

O MAPEAMENTO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SETOR DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS

BRASÍLIA
2017

© 2017. CNI – Confederação Nacional da Indústria.
Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI
Gerência Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade – GEMAS

C748m

Confederação Nacional da Indústria.
O mapeamento dos objetivos do desenvolvimento sustentável no setor de petróleo, gás e biocombustíveis / Confederação Nacional da Indústria, Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – Brasília: CNI, 2017.

93 p.

1. Sustentabilidade 2. Indústria de Petróleo, Gás e Biocombustíveis I. Título

CDU: 502.14 (063)

CNI
Confederação Nacional da Indústria

Sede
Setor Bancário Norte
Quadra 1 – Bloco C
Edifício Roberto Simonsen
70040-903 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3317-9000
Fax: (61) 3317-9994
www.cni.org.br

IBP
Instituto Brasileiro de Petróleo,
Gás e Biocombustíveis

Sede
Av. Almirante Barroso
Nº 52 – 26º andar – Centro
20031 – 918 – Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2112-9000
www.ibp.org.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

1 INTRODUÇÃO 9

2 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR 13

2.1 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DO SETOR 13

2.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL 15

3 ASPECTOS REGULATÓRIOS RELEVANTES PARA O SETOR 19

3.1 COMO PRINCIPAIS TEMAS DO SEGMENTO DE E&P, O IBP DESTACA 19

3.2 COMO PRINCIPAIS TEMAS DO SEGMENTO DE GÁS NATURAL, O IBP 21

3.3 COMO PRINCIPAIS TEMAS DO SEGMENTO DE ABASTECIMENTO E REFINO, O IBP 22

3.4 COMO PRINCIPAIS TEMAS DO SEGMENTO DE GLP, O IBP 22

3.5 COMO PRINCIPAIS TEMAS DO SEGMENTO DE BIOCOMBUSTÍVEIS, O IBP 23

3.6 COMO PRINCIPAIS TEMAS DO SEGMENTO DE ASFALTO, O IBP 24

3.7 COMO PRINCIPAIS TEMAS DO SEGMENTO DE PETROQUÍMICA, O IBP 24

4 PRÁTICAS EMPRESARIAIS E SETORIAIS RELACIONADAS COM OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 27

4.1 A INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS TEM POTENCIAL PARA CONTRIBUIR COM OS 17 ODS 28

4.2 QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POR QUE SÃO IMPORTANTES PARA O SETOR DE PETRÓLEO E GÁS? 29

4.3 COMO AS EMPRESAS PODEM INTEGRAR OS ODS AOS NEGÓCIOS? 31

4.4 COMO COLABORAR COM OS ODS 33

4.5 INTEGRAÇÃO NATURAL DOS ODS: QUESTÕES E IMPACTOS TRANSVERSAIS 35

5 IDENTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS NO BRASIL PARA OS ODS PRIORITÁRIOS PARA O SETOR 39

6 TENDÊNCIAS E RUPTURAS: O FUTURO DO SETOR FRENTE AOS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE 71

7 PRINCIPAIS TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS, NO MARCO DA SUSTENTABILIDADE, QUE SÃO REPRESENTATIVAS PARA O SETOR 75

8 DESAFIOS PARA O SETOR NO MARCO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL..... 77

9 OPORTUNIDADES PARA O SETOR NO MARCO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL..... 79

REFERÊNCIAS..... 85

ANEXOS..... 87

ANEXO A - LISTA DE ASSOCIADOS IBP..... 87

ANEXO B - CONSELHO DIRETOR DO IBP 92

APRESENTAÇÃO

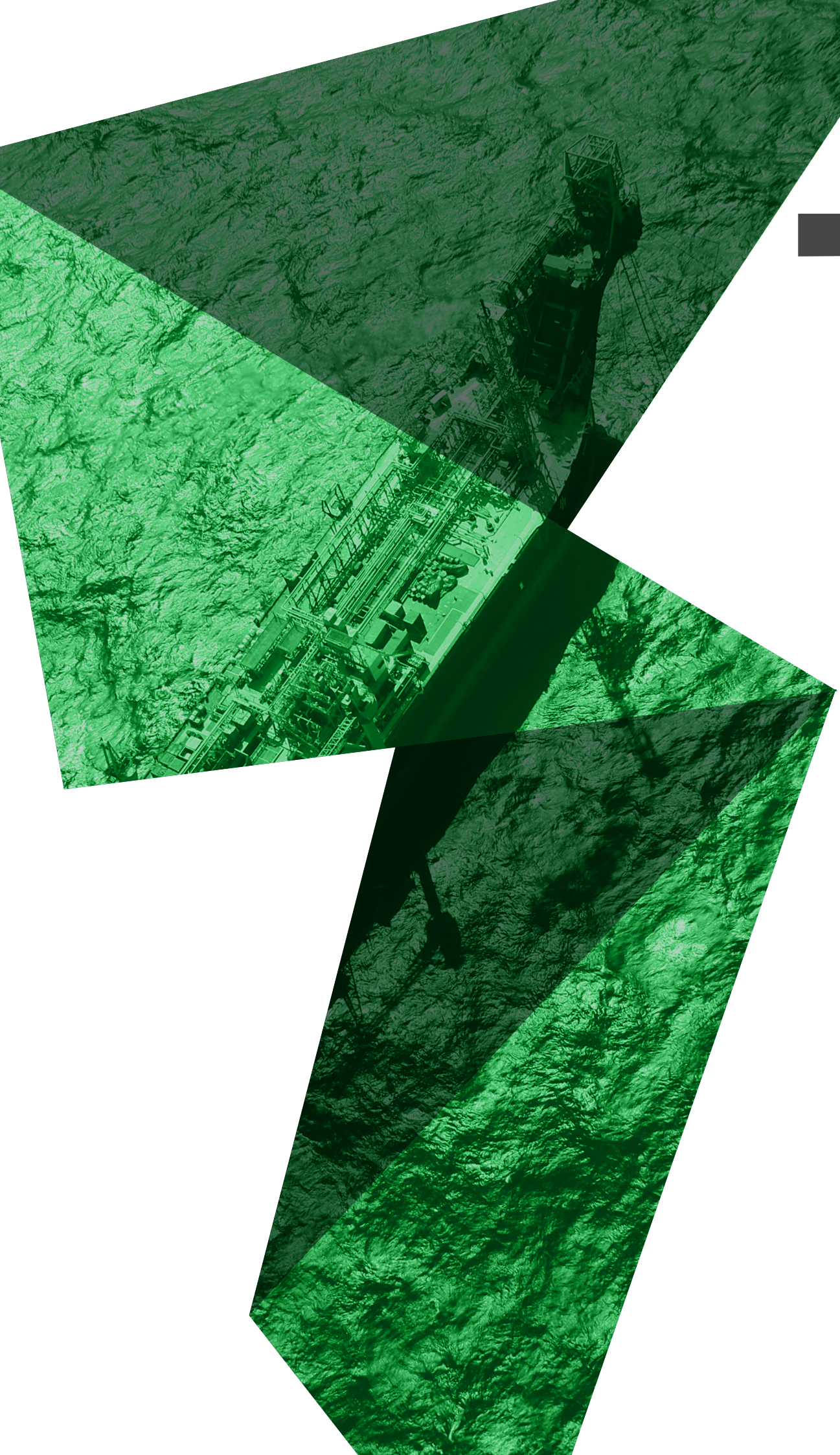
O setor de petróleo passa por um momento de profunda transformação devido aos impactos causados pela queda dos preços dos barris somados à crise econômica e política que vive o Brasil. Nesse cenário, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) vem contribuindo com a recuperação da competitividade e rentabilidade da indústria diante da previsão de que os preços permaneçam baixos por um longo tempo.

Ao longo dos seus 60 anos de história, completados em 2017, o IBP se posicionou como a Casa da Nossa Indústria, atuando com protagonismo na geração de conhecimento técnico e representatividade do setor de óleo e gás. Além disso, o Instituto reforçou sua estrutura ao criar as áreas executivas de gás natural e downstream para que, juntamente com a área de exploração e produção já existente, pudesse defender os interesses da indústria e aprimorar tanto o ambiente de negócios quanto do marco regulatório.

Outro desafio imposto ao segmento veio da COP 21, a Conferência do Clima em Paris, quando os 195 países participantes deram demonstração de convergência e sinalizaram a inexorável transição para uma economia de baixo carbono. Comprometido com a sustentabilidade, o IBP se posicionou em relação às mudanças climáticas e publicou normas sobre petróleo, derivados e biocombustíveis no Brasil e no exterior, que evitem barreiras técnicas e comerciais, além de refletir a preocupação do Instituto com qualidade, segurança, confiabilidade e eficiência.

Iniciativas como o projeto CNI Sustentabilidade são fundamentais para que a indústria de óleo e gás possa não apenas debater o tema, mas também para nortear o setor empresarial na busca da competitividade com sustentabilidade. Pensando assim, o IBP também deu um passo à frente: colocou-se além da responsabilidade social, expandindo os debates no âmbito da indústria para questões sobre governança e *compliance*, e adotando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) como sua agenda socioambiental até 2030.

Jorge Camargo
Presidente
Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis



1

INTRODUÇÃO

Ao completar 60 anos, em 2017, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), reafirma sua Missão de continuar promovendo o desenvolvimento do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, visando uma indústria competitiva, sustentável, ética e socialmente responsável.

A Visão de ser a principal referência na gestão do conhecimento e na representação da indústria de Petróleo, Gás e Biocombustíveis junto à sociedade, alinhada aos Valores de Integridade, Liderança, Pessoas e Sustentabilidade, tem fortalecido a relação com as empresas de toda a cadeia de valor do setor e contribuído para ampliação do quadro de associados do IBP.

O momento da indústria de petróleo, no Brasil e no mundo, é de "Transição" e o IBP com cerca de 170 empresas associadas, 250 membros individuais, 35 Comissões e 20 organizações parceiras, é parte integrante deste processo.

Nesses tempos de crise que atravessamos, a indústria tem demonstrado sua resiliência e o IBP sua relevância como ator e protagonista na construção de um novo ambiente de negócios, ainda mais inovador, diversificado, competitivo e transparente.

Para contribuir com a transformação e a recuperação, da competividade por investimentos no País, após o fim do último super ciclo das *commodities,* o IBP publicou este ano a Agenda da Indústria. Além disso, reforçou sua estrutura de governança e profissional para atuar com maior protagonismo no desenvolvimento do conhecimento, na defesa dos interesses do setor, no aprimoramento do ambiente de negócios e marco regulatório. Tudo isso, a partir das melhores e mais modernas práticas, com o benefício da ampla experiência de suas empresas associadas nos mercados brasileiros e global.

Com objetivo de ser mais representativo e atuante, também, em segmentos que passarão por mudanças expressivas, como o de Gás Natural, é que o IBP criou uma estrutura dedicada, como a de Exploração e Produção, e desenvolveu iniciativas que possibilitarão também contribuir para as profundas transformações que se avizinham nos segmentos de *Midstream* e *Downstream*. A visão integrada da cadeia produtiva, consolidada no IBP ao longo de quase seis décadas de atividades, nos posiciona com um parceiro estratégico de governo e das entidades que representam esses dois importantes setores.

Estamos, portanto, diante de um novo capítulo nessa extraordinária história de sucesso que é a indústria brasileira de petróleo, gás e biocombustíveis e nesse contexto, o IBP, como a Casa da Nossa Indústria, assume um novo papel, um espaço de reflexão e debate – um *think tank*, capaz de produzir e difundir conhecimento sobre os assuntos estratégicos e o futuro da indústria.

2

CARACTERIZAÇÃO DO SETOR

2.1 Caracterização Econômica do Setor

O colapso dos preços do petróleo, ao fim do último super ciclo das *commodities*, provocou profunda reconfiguração da indústria de petróleo e gás, em busca da competitividade e rentabilidade perdidas diante da expectativa de que os preços permaneçam baixos por um longo tempo, num cenário *lower for longer*.

Novas tecnologias permitiram verdadeiras revoluções, como a produção de óleo e gás em reservatórios não convencionais, que transformaram os Estados Unidos de maior importador a autossuficiente em petróleo e gás, com profundo impacto geopolítico global e na própria dinâmica de formação dos preços do petróleo.

A migração do centro de gravidade dos sistemas de energia dos mercados maduros do Ocidente em direção aos novos mercados em rápido crescimento da Ásia e, sobretudo, a COP 21, Conferência do Clima em Paris, onde os 195 países participantes deram uma notável demonstração de convergência política e uma sinalização inequívoca da transição para uma economia de baixo carbono.

Esse novo contexto de complexidade, incertezas e volatilidade crescentes, cujo principal combustível será a inovação, encontra o Brasil dando início a possivelmente uma das mais profundas transformações da história da sua indústria de petróleo, gás e biocombustíveis.

O novo Plano Estratégico da Petrobras, em decorrência do seu ambicioso plano de parcerias e desinvestimentos, abre oportunidades para novos investimentos e investidores, inclusive em mercados antes praticamente desconhecidos do setor privado, como nas áreas de gás, refino e logística.

A iniciativa Gás Para Crescer, sob a liderança do Ministério das Minas e Energia, estabeleceu o espaço para o debate das diretrizes desse novo mercado para o gás, com base nas melhores práticas internacionais, competição e diversidade dos agentes, transparência e simetria de informações.

No *downstream*, o governo lançou o programa Combustível Brasil, com objetivo de propor ações e medidas para estímulo à livre concorrência e à atração de novos investimentos. O Brasil é o quinto maior mercado mundial de combustíveis, mercado que a Petrobras vem abastecendo há mais de 60 anos com notável eficiência. No entanto, os tempos hoje são outros, a Petrobras é outra, e novos serão os desafios do abastecimento de combustíveis no país. Os investimentos necessários para a expansão da capacidade nacional de logística e refino terão de ser feitos por investidores privados, em um novo ambiente de negócios e regulatório.

No segmento *upstream*, uma reflexão sobre os fatores que conduziram o Brasil ao lugar de destaque que já ocupou entre os principais polos de atração de investimentos em exploração e produção – o potencial geológico brasileiro e a capacidade tecnológica local – permitirá concluir que seus fundamentos continuam preservados e robustos.

A indústria do petróleo brasileira tem ampla capacidade para multiplicar seu atual nível de investimentos, fazer crescer a oferta de empregos, receitas tributárias, energia, e, assim, contribuir para a retomada e sustentação do crescimento da economia brasileira.

Impacto do setor petróleo na economia brasileira:

- Arrecadações governamentais em 2016:
  - Royalties – R$ 11.839 milhões;
  - Participação Especial – 5.911 milhões.

Geração de Emprego:

- A cada $ 1 Bi investido, 35.000 empregos são gerados.

Investimentos – Projeção 2016 - 2020

- 53% do investimento industrial.

2.2 Caracterização Socioambiental

O setor de petróleo tem hoje um papel preponderante na oferta mundial de energia – e continuará a ser relevante no longo prazo. Atualmente, cerca de 80% da energia primária mundial é suprida por combustíveis fosseis – incluindo o carvão (sendo 52,5% referente a petróleo e gás). Com a introdução de novas tecnologias renováveis na matriz energética mundial, as estimativas do cenário-base da IEA (International Energy Agency) sinalizam que esse percentual será reduzido ao longo do tempo, mas indicam que o setor de petróleo e gás permanecerá suprindo uma parte significativa (50% em 2040) da necessidade de energia do mundo. Em particular, o gás natural, que vem sendo apontado como um elemento fundamental na transição para uma economia de baixo carbono, principalmente na geração de eletricidade, para fazer frente à intermitência das fontes renováveis. Segundo dados da IEA, mesmo no cenário que considera o limite de 2 °C para o aumento da temperatura global (cenário 450), o gás natural não deve reduzir sua atual participação de cerca de 22% na demanda energética global até 2040, substituindo principalmente o carvão e garantindo a segurança do suprimento elétrico.

Em outros segmentos, como o de transporte, a transição para fontes renováveis será mais complexa e, provavelmente, mais lenta, pois dependerá de avanços tecnológicos e de grandes investimentos

em infraestrutura. Com isso, apesar da perspectiva de maior eletrificação da matriz de transportes (principalmente em veículos leves), espera-se que o setor permaneça atendido por combustíveis líquidos – derivados de petróleo e biocombustíveis – ainda por um bom tempo.

DESAFIO

Engajar os agentes do setor de forma a contribuir para o atingimento das metas definidas pelo Brasil no Acordo de Paris, e garantir investimentos necessários ao desenvolvimento sustentável da indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis para atender à crescente demanda por energia no país e impulsionar o crescimento econômico de longo prazo.

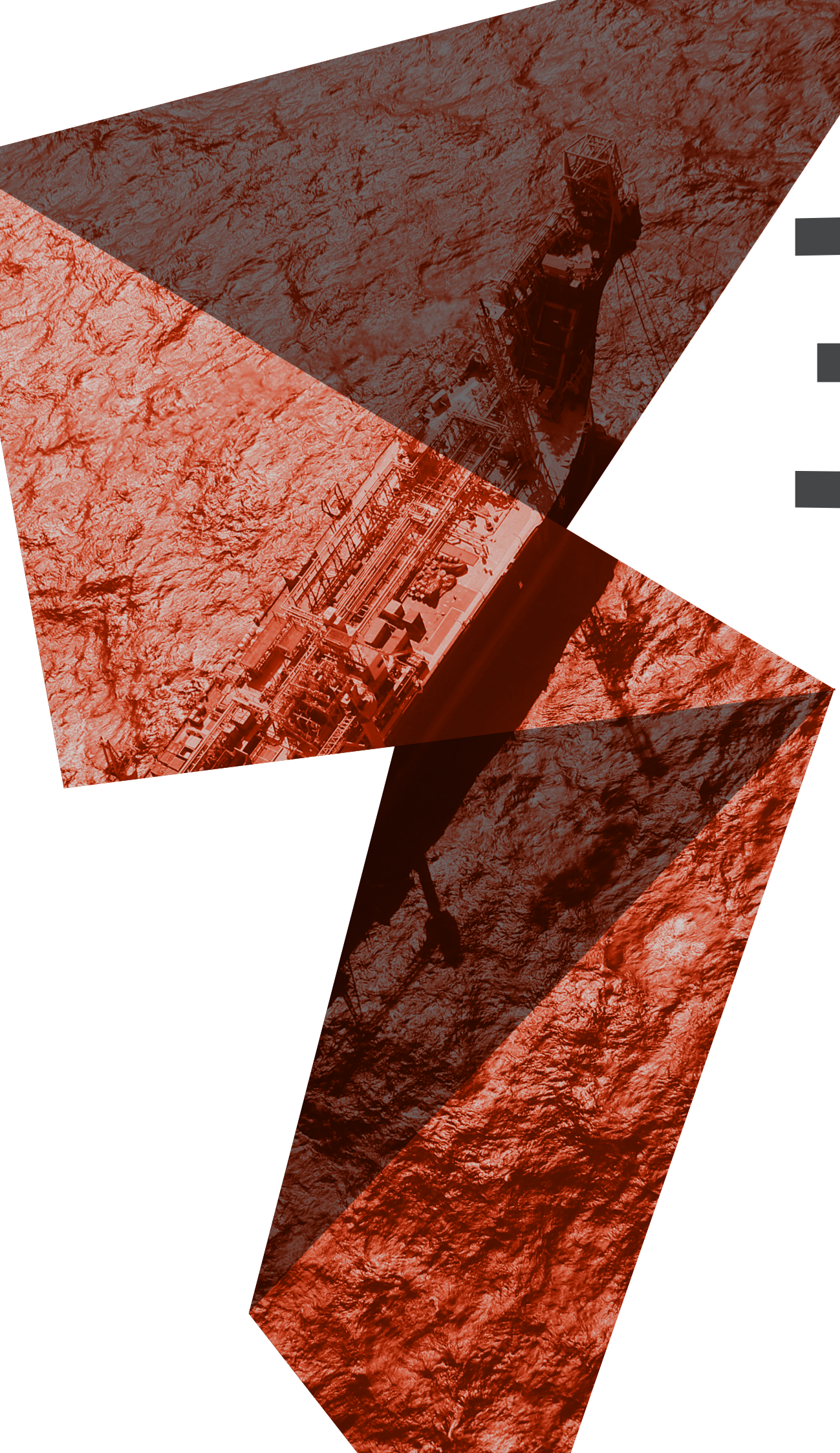
POSICIONAMENTO DO IBP

O IBP reconhece que o Acordo de Paris deu uma sinalização inequívoca na direção da transição para uma economia de baixo carbono, com redução das emissões líquidas, e é entendido pelo IBP como uma vontade legítima da sociedade.

Da mesma forma, o IBP entende que o setor de petróleo e gás tem um papel relevante na matriz energética brasileira, contribuindo para o suprimento de energia de forma segura, acessível e ambientalmente responsável.

Assim, o IBP considera que a transição energética deve contar com o desenvolvimento de novas tecnologias que confiram maior eficiência energética e de emissões à indústria, e sinais econômicos que viabilizem sua implementação nas operações.

O IBP reconhece que as mudanças climáticas representam um desafio global e quer ser parte da discussão das políticas públicas que contribuirão para a redução dos riscos da mudança do clima.



3

ASPECTOS REGULATÓRIOS RELEVANTES PARA O SETOR

3.1 Como principais temas do segmento de E&P, o IBP destaca

- Manter a estabilidade das regras através de um ambiente de Segurança Jurídica, notadamente a Regulatória e a Tributária;
- Aprimorar e tornar mais célere e previsível o processo de Licenciamento Ambiental, mantendo a qualidade e segurança;
- Desenvolver um modelo de Conteúdo Local baseado em incentivos, com regras mais simples, e que garanta a competitividade e a sustentabilidade do setor;
- Estabelecer um calendário regular de Rodadas de Licitação;
- Promover aprimoramentos no Modelo de Partilha.

O IBP:

- Acredita que equacionar as cinco questões prioritárias definidas acima trará maior nível de investimentos e desenvolvimento para a indústria de E&P no Brasil;
- Considerando o prazo superior a 30 anos dos projetos de E&P, entende que a extensão do Repetro por um prazo mínimo de 20 anos representa condição mínima necessária para a atração de novos investimentos no setor de petróleo no Brasil;
- Considera oportuna uma revisão mais ampla do regime fiscal e da atual estrutura tributária do setor, com o objetivo de trazer mais simplicidade, progressividade, transparência e estabilidade ao fluxo de pagamento de tributos e participações

governamentais, calibrando a competitividade do Brasil frente aos países com os quais compete na atração de investimentos;

- Defende que eventuais controvérsias sobre a definição técnica de campo possam ser discutidas em tribunais arbitrais, conforme a prática internacional da indústria;
- Considera ainda que os atuais operadores de áreas sob concessão devem ter garantidos os parâmetros definidos em seus respectivos Contratos de Concessão, de modo que uma eventual necessidade de unitização não represente ônus adicional ao concessionário de qualquer natureza;
- Reconhece os avanços no processo de licenciamento ambiental, mas ressalta a necessidade de o Brasil perseguir melhores padrões em termos de planejamento, previsibilidade, acesso e prazos a serem cumpridos durante esse processo;
- Para garantir a segurança nas operações e a boa execução dos planos de resposta e emergência, acredita ser primordial uma articulação constante dos agentes do setor de petróleo e gás com os órgãos reguladores e autoridades responsáveis.
- Acredita que a política de conteúdo local deve focar nos segmentos em que o Brasil tem vantagens comparativas e capacidade de competir globalmente;
- Acredita que a indústria de petróleo e gás será prejudicada com a impossibilidade de investir em Serviço Tecnológico, considerado vital para o desenvolvimento de PD&I. A exclusão desse item conflita frontalmente com os manuais da OCDE e toda ordenação teórica que trata do tema inovação no mundo.

3.2 Como principais temas do segmento de Gás Natural, o IBP

- Entende que é necessário um planejamento do setor energético brasileiro que contemple a gestão integrada e otimizada de todo o sistema hidroelétrico e termoelétrico, considerando também outras fontes de energia disponíveis;
- Entende que é preciso reconhecer as necessidades e especificidades do gás natural nos projetos de térmicas a gás.
- Considera que algumas térmicas a gás natural devem ser despachadas na base, para garantir demanda capaz de ancorar investimentos em infraestrutura;
- Propõe um desenho de mercado baseado em um sistema tarifário de entrada- saída no transporte e na criação de um Hub Virtual;
- Entende ser importante a criação de um Agente Central do Transporte (ACT), responsável pela gestão dos fluxos e balanceamento do sistema, através de um conjunto de regras e atribuições coerentes e bem definidas;
- Considera que a governança do ACT deve incorporar mecanismos de participação dos agentes de mercado, que devem ter seus posicionamentos fortemente refletidos nas decisões;
- Considera fundamental aprofundar a discussão sobre o modelo, de modo a ampliar o entendimento sobre seu funcionamento e sobre os *trade-offs* envolvidos nas decisões sobre modelo a ser adotado no Brasil.

3.3 Como principais temas do segmento de Abastecimento e Refino, o IBP

- Entende que a tributação das operações de *swap* deve acompanhar o fluxo contratual das operações de compra e venda de gás;
- Defende a sustentabilidade da indústria, estabilidade regulatória e oportunidades isonômicas para os agentes – base para um mercado competitivo e atraente aos novos e necessários investimentos;
- Defende a adoção de um sistema de preços de combustíveis que flutuem de acordo com o mercado internacional;
- Defende ainda a criação de políticas públicas e o aprimoramento da legislação vigente que possam atrair investimentos para o desenvolvimento da capacidade de refino e infraestrutura de logística no país e, com isso, contribuir para o incremento da competitividade da economia brasileira.

3.4 Como principais temas do segmento de GLP, o IBP

- Considera importante a queda da restrição de uso do GLP, uma vez que a liberação do GLP para outros usos não provocará aumento superior a 3,2% da demanda atual – e, portanto, não deverá afetar de forma significativa as importações do produto. No entanto, em que pese o fato de que existem expectativas de uma expressiva oferta do produto no âmbito global, serão necessárias estratégias específicas para que o GLP se mantenha como uma alternativa versátil e acessível em todo território nacional;
- Uma das possíveis fontes de oferta do GLP é o gás natural do pré-sal. Entretanto, a confirmação desta oferta passa pela viabilidade econômica da produção e pela riqueza do gás

natural desta região. O IBP apoia a iniciativa Gás para Crescer, do Ministério de Minas e Energia, que espera equacionar este assunto tão importante para o Brasil;

- Defende a adoção de mecanismos de mercado que garantam a atração de investimentos em E&P, transporte e em capacidade de processamento de gás natural que assegure um incremento na oferta de GLP – mais uma importante solução para atender aos desafios energéticos do país;

3.5 Como principais temas do segmento de Biocombustíveis, o IBP

- Entende que é necessário desenvolver políticas públicas que regulamentem o setor e sejam de longo prazo, de modo a incentivar os investimentos na produção, logística e distribuição de etanol. Isto contribuirá para a redução do volume de importação de gasolina que se espera nos próximos anos;
- Entende que a produção em escala comercial do etanol de 2ª geração deve ser amplamente estimulada com investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I);
- Defende a presença do etanol na matriz energética nacional como alternativa estratégica para atender os compromissos ambientais assumidos pelo Brasil;
- Entende que o aumento da participação do biodiesel é um fator positivo para a matriz brasileira de combustíveis veiculares, uma vez que colabora para a redução dos impactos da importação de óleo diesel na balança comercial. Além disso, contribui para a redução da emissão de gases de efeito estufa no setor de transporte. No entanto, é preponderante o estímulo à pesquisa e desenvolvimento para avaliar, em conjunto com todos os atores envolvidos, possíveis impactos do aumento da adição do biodiesel.

3.6 Como principais temas do segmento de Asfalto, o IBP

- Apoia desenvolvimento da normatização técnica para o constante aprimoramento da qualidade do asfalto e de propostas/revisão de especificações de produtos, quando aplicável, como suporte aos órgãos competentes;
- Apoia o desenvolvimento de estudos para alavancar os processos de sustentabilidade no segmento, que contribuam de forma significativa para economia de recursos, a qualidade do meio ambiente e a saúde do trabalhador.

3.7 Como principais temas do segmento de Petroquímica, o IBP

- Entende que o desenvolvimento da indústria petroquímica é de grande importância para a economia e, portanto, é preciso trabalhar para que a indústria nacional se fortaleça e supere entraves à sua competitividade – entre eles, a disponibilidade e previsibilidade de matéria-prima, o reduzido investimento em logística, a necessidade de ampliação da escala e a elevada carga tributária. Uma política industrial de longo prazo pode ser a chave para que novos investimentos aconteçam;
- Defende a integração das indústrias de petroquímica nacional e do refino de petróleo, visando à otimização. A competitividade da petroquímica nacional baseada em nafta depende em muito dessa integração;
- Apoia o desenvolvimento de uma indústria petroquímica nacional competitiva, a partir da diversificação das matérias-primas.

4

PRÁTICAS EMPRESARIAIS E SETORIAIS RELACIONADAS COM OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com seus 17 objetivos, representa o plano mundial de Ação para superar a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas tenham paz e prosperidade. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) enfatizam que o crescimento econômico precisa ser acompanhado do equilíbrio social e da sustentabilidade ambiental.

A indústria de petróleo e gás é fundamental para a economia global e para muitas economias nacionais, inclusive dos países em desenvolvimento e emergentes. Também é fundamental para o desenvolvimento sustentável, pois o petróleo e o gás são pilares fundamentais do sistema energético global e, como tal, são motores do desenvolvimento econômico e social.

O setor de petróleo e gás vem fazendo esforços significativos em áreas como o desenvolvimento econômico, capacitação, relacionamento com a comunidade, combate a corrupção, promoção da saúde e segurança, redução de gases de efeito estufa (GEE) e proteção ambiental. Na verdade, muitas empresas empenham importantes recursos e esforços para promover o desenvolvimento sustentável em suas prática de negócio. Ao fazê-lo, não estão apenas avançando nos ODS, mas também introduzindo padrões e práticas que, em alguns locais, vão além dos requisitos legais.

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030

Fonte: ONU.

4.1 A Indústria de Petróleo e Gás tem Potencial para Contribuir com os 17 ODS

Com planejamento e implementação cuidadosa, a indústria de petróleo e gás tem a oportunidade de contribuir em todos os ODS, seja amplificando suas contribuições positivas ou evitando ou mitigando impactos negativos. Em geral, a produção de petróleo e gás pode promover o desenvolvimento econômico e social, proporcionando acesso a energia abundante e com preço acessível, gerando oportunidades de emprego decente, fomentando o desenvolvimento de negócios e habilidades profissionais, além de colaborar para uma maior arrecadação de impostos e melhoria de infra-estrutura, nos países onde atua.

No entanto, o setor de petróleo e gás precisa enfrentar alguns dos seus desafios históricos que os ODS buscam abordar, como: mudanças climáticas, degradação ambiental, desigualdade econômica e social, problemas de saúde e violação dos direitos humanos. Nas últimas décadas, a indústria fez avanços na prevenção, mitigação e gerenciamento de tais impactos e riscos.

4.2 Quais são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e por que são importantes para o Setor de Petróleo e Gás?

Em 25 de setembro de 2015, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que busca estabelecer um consenso global para os próximos 15 anos. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) visam abordar alguns dos desafios econômicos, sociais e ambientais do mundo. Espera-se que os Estados membros da ONU usem os ODS para enquadrar suas agendas de desenvolvimento, e há um reconhecimento de que o setor privado desempenhará um papel importante.

Os objetivos visam expandir os oito objetivos para a redução da pobreza das Metas de Desenvolvimento do Milênio (ODM), agora expirados. Os ODS estão fortemente inter-relacionados, e a contribuição à um dos objetivos provavelmente afetará outros objetivos, assim como o progresso significativo em qualquer ODS exigirá progresso em outros. Os diferentes atores têm a oportunidade de contribuir através de múltiplas áreas e a natureza inter-relacionada dos ODS destaca a importância do engajamento, colaboração e parcerias complementares de vários interessados em todo o governo, sociedade civil e setor privado.

As operações e produtos da indústria de petróleo e gás potencialmente têm impactos positivos e negativos em uma variedade de áreas abrangidas pelos ODS, inclusive nas comunidades,

ecossistemas e economias. A indústria contribui para o desenvolvimento sustentável de diversas maneiras. Isto inclui a geração de empregos diretos e indiretos, o fornecimento e acesso a energia, a arrecadação de impostos; o incentivo a inovação, o desenvolvimento de novas tecnologias e produtos avançados; e o empreendedorismo com benefícios de capacitação associados. O gerenciamento dos impactos de suas operações, com ênfase na proteção ambiental, saúde, segurança e direitos humanos, também fazem parte deste contexto.

No entanto, os ODS também destacam desafios de sustentabilidade para a indústria, como por exemplo, a pegada ambiental da indústria na biodiversidade, as mudanças climáticas e seus impactos associados nas comunidades. Essas são algumas questões, que demandam ações de mitigação dos impactos adversos ao desenvolvimento do setor de petróleo e gás.

Pontos-Chave:

- O setor de petróleo e gás representa mais de 57% do consumo total de combustível global. A mistura de combustível está evoluindo para incluir mais renováveis, mas espera-se que os hidrocarbonetos continuem sendo a fonte dominante de energia que impulsionará a economia mundial em 2035;
- A indústria produziu uma média de 96,3 milhões de barris de petróleo por dia em 2016 - 2 litros para cada pessoa na Terra, todos os dias;
- Espera-se que o gás natural cresça mais rápido do que o petróleo ou o carvão, ultrapassando o carvão para ser a segunda maior fonte de combustível até 2035;
- Espera-se que as energias renováveis sejam a fonte de energia de mais rápido crescimento, com a sua participação na energia primária aumentando para 10% em 2035, ante 3% em 2015;

- Para petróleo e gás, são esperados investimentos da ordem de US$ 700 bilhões por ano até 2040 para atender a demanda global de energia - três quartos disso ocorrerão em países que não são da OPEP. Se considerar os investimentos em refino e transporte, os valores chegam a US$ 22,8 trilhões nos próximos 25 anos.

4.3 Como as Empresas podem integrar os ODS aos Negócios?

A amplitude dos ODS prevê que, para ser sustentável a longo prazo, o envolvimento da indústria com os ODS precisará se estender além de seus investimentos sociais e de filantropia corporativa. Isso exigirá uma forte liderança corporativa e o envolvimento mais amplo de todos os funcionários.

A integração dos ODS aos negócios das empresas requer um entendimento compartilhado por todas as partes interessadas sobre como os ODS podem criar valor, suportar a licença social para operar e aprimorar o reconhecimento global.

As empresas de petróleo e gás podem ajudar a operacionalizar os ODS em suas principais práticas comerciais incorporando-as aos seus sistemas, políticas e processos corporativos, incluindo:

- Políticas, Normas e Sistemas de Gestão da Empresa - Os sistemas e padrões de governança, gerenciamento e estratégias que abordam áreas como meio ambiente, saúde, segurança, qualidade, anti-suborno, diversidade de gênero, contratações e aquisições, podem ser usadas para estabelecer metas e monitorar o progresso da integração dos ODS nas empresas. Ao longo do tempo, a indústria usou lições aprendidas, para desenvolver e incorporar boas práticas ao negócios, sendo que em muitos lugares, essas boas práticas, vão além dos requisitos legais;

- Relatórios - A fim de aprimorar a compreensão das partes interessadas sobre as contribuições da indústria para os ODS, as empresas podem mapear e divulgá-las em seus relatórios de sustentabilidade;

- Avaliação de Viabilidade do Projeto - Diferentes projetos terão diferentes impactos em diferentes ODS. Identificar as linhas de base sociais, econômicas e ambientais da área local e os impactos potenciais das operações irão ajudar a definir as medidas de engajamento, contribuição e mitigação;

- Avaliação de Riscos e Oportunidades e Processos de Planejamento - As avaliações de riscos, são cruciais para identificar e prever riscos potenciais e implementar medidas preventivas. Os ODS devem ser incorporados aos procedimentos de avaliação de riscos das empresas;

- Diálogo e Envolvimento com Comunidades, Governos e outras Partes Interessadas - O envolvimento proativo e as consultas com as partes interessadas, incluindo as comunidades locais, os povos indígenas, os governos locais e nacionais e a sociedade civil são vitais para estabelecer e manter a confiança, entender preocupações e perspectivas e garantir e manter a licença social de uma empresa para operar. Esta abordagem é mutuamente benéfica para as empresas de petróleo e gás e suas partes interessadas;

- Pesquisa e Desenvolvimento - A tecnologia poderia ser um facilitador significativo para alcançar os ODS. As empresas podem considerar os potenciais impactos benéficos das tecnologias que estão desenvolvendo e que poderiam acelerar o progresso da agenda 2030.

4.4 Como Colaborar com os ODS

As empresas de petróleo e gás podem se beneficiar da colaboração com as partes interessadas para ampliar seu impacto e aumentar a capacidade de aproveitar recursos adicionais para alcançar os ODS. Muitos dos desafios endereçados pelos ODS estão além das capacidades ou controle de uma empresa individual, e fora da esfera de suas necessidades comerciais principais. O diálogo entre as partes interessadas, tanto a nível comunitário como a nível nacional, pode ajudar a identificar os ODS prioritários para um determinado país. Da mesma forma, esses diálogos podem ajudar as partes interessadas a estabelecer uma abordagem coordenada para abordar os ODS relevantes.

As principais partes interessadas do setor de óleo e gás e seus papéis em relação aos ODS são:

- Governos: são responsáveis pela implementação dos ODS. É sua responsabilidade estabelecer um ambiente propício, incluindo a criação de instituições e mecanismos de governança responsáveis e inclusivos, e o desenvolvimento e a direção de planos de ação nacionais dos ODS. Eles também projetam, implementam e reforçam as políticas, legislação e regulamentos que governam a sociedade, inclusive o setor de petróleo e gás. Isso inclui o estabelecimento de proteção ambiental e de direitos humanos e uma gestão responsável e transparente das receitas de petróleo e gás.

  Além disso, muitos governos têm controle exclusivo de seus recursos de petróleo e gás através das Companhias Nacionais de Petróleo, o que significa que eles não apenas regulam a indústria, mas também realizam operações de petróleo e gás e fazem parceria com outras empresas. Como resultado, as Companhias Nacionais de Petróleo serão contribuidores importantes para os ODS;

- Empresas de Petróleo e Gás: têm a responsabilidade de aderir à lei, respeitar os direitos humanos e minimizar os impactos negativos de suas operações. Devem também maximizar as contribuições positivas para a sociedade. As empresas contribuem para os ODS, entendendo, priorizando e alinhando estes as suas estratégias de negócios e operações;

- Fornecedores de Bens e Serviços: geralmente estão em contato direto com as comunidades locais e, portanto, podem ter um impacto significativo, também têm a oportunidade de alinhar suas operações com as prioridades locais dos ODS. Espera-se que essas empresas atinjam os mesmos padrões ambientais e sociais que seus clientes, que são as empresas de petróleo e gás;

- Organizações da Sociedade Civil: monitoram a implementação dos ODS, contribuem com os diversos segmentos da sociedade, disseminam informações para o público e ajudam a formar parcerias com múltiplos agentes. Estas organizações também podem ser parceiros importantes em grupos de trabalho temáticos e esforços de capacitação e manter outras partes interessadas responsáveis por cumprir seus compromissos;

- Comunidades Locais: são muitas vezes as partes interessadas mais diretamente afetadas pelos impactos que os ODS buscam abordar. Como resultado, a participação ativa e as perspectivas de todos os membros da comunidade, incluindo os jovens, as mulheres e os povos indígenas, podem informar o planejamento, a tomada de decisões e a implementação de políticas e iniciativas que contribuam para a realização dos ODS. As comunidades também fornecem feedback sobre os impactos desses esforços.

4.5 Integração Natural dos ODS: Questões e Impactos Transversais

Os 17 ODS estão diretamente interligados. Muitas das oportunidades que as empresas têm para a integração dos ODS no *core business*, terão impacto em múltiplos objetivos. Alcançar um objetivo individual dependerá frequentemente, ou terá implicações para, alguns ou todos os outros objetivos e as condições de suporte relacionadas. As iniciativas também podem atravessar e ter impactos nas esferas econômica, ambiental e social. Algumas áreas devem ser totalmente integradas a todos os ODS para maximizar a probabilidade de sucesso.

Um bom exemplo é a área de mudanças climáticas. Embora seja incluído como um objetivo autônomo, tem implicações para todos os 17 ODS. As mudanças climáticas podem afetar desproporcionalmente os pobres e os mais vulneráveis, prejudicando os esforços para acabar com a pobreza (ODS1), com a desigualdade de gênero (ODS5) e reduzir as diferenças entre os países (ODS10).

As mudanças climáticas podem ameaçar a segurança alimentar (ODS2), aumentar o estresse sobre os recursos hídricos (ODS6), alterar os ecossistemas e prejudicar a biodiversidade (ODS 14 e 15). Também pode mudar os padrões de distribuição de doenças infecciosas e afetar a saúde global (ODS3). Todos esses impactos podem ameaçar a paz e a segurança (ODS16). Ao mesmo tempo, a resposta às mudanças climáticas também pode impulsionar outros ODS, por exemplo, promovendo a eficiência energética, incentivando o desenvolvimento da captura e armazenamento de carbono (CCS) e estimulando o investimento em produtos mais limpos.

A transparência é outra área que atravessa muitos dos ODS e que, se integrada, pode ajudar a atingir os objetivos. A transparência no setor é aprimorada pela publicidade dos contratos governamentais, obtenção de receitas e nomes de proprietários associados às reservas

de petróleo e gás do país, por exemplo. Para ser bem sucedido, muitos esforços de transparência, exigem que governos, empresas e sociedade civil trabalhem em conjunto (ODS17). A transparência é uma ferramenta importante na luta contra a corrupção (ODS16), que amplia a desigualdade (ODS10), que, por sua vez, está ligada a níveis mais altos de pobreza (ODS1), taxas de mortalidade infantil (ODS3), taxas de graduação escolar mais baixas (ODS4) e aumento da desigualdade de gênero (ODS5). A corrupção pode criar obstáculos adicionais para acessar alimentos (ODS2) e água limpa (ODS6) para os cidadãos mais pobres.

A corrupção freqüentemente desvia os recursos, aumenta a instabilidade política e afasta o investimento estrangeiro, o que, por sua vez, inibe o desenvolvimento da infraestrutura (ODS 9 e 11) e cria ambientes de trabalho mais perigosos (ODS8). Também pode distorcer os incentivos do mercado, prejudicando a produção e o consumo responsáveis (ODS12) e subverter regulamentos ambientais (ODS 14 e 15).

A natureza interligada dos ODS garante também que, mesmo que uma atividade fosse centrada em uma área específica, como uma única iniciativa de saúde pública, essa atividade poderia trazer contribuições substanciais para o sucesso de múltiplos objetivos. Considere o exemplo da Parceria para Combustíveis Limpos e Veículos (PCFV), uma iniciativa para eliminar o uso de chumbo no petróleo, adotada em mais de 100 países em desenvolvimento.

O efeito direto da eliminação do chumbo no petróleo, significa menos poluição do ar e menos emissões de gases de efeito de estufa (GEE) do segmento de transporte (ODS13). Isso traz uma série de benefícios para a saúde (ODS3) e efeitos positivos sobre a biodiversidade e os ecossistemas (ODS 14 E 15) .O uso concentrado de veículos nas cidades, significa ter que reduzir o uso de combustível com chumbo e como consequência reduzir a poluição do ar urbano (ODS11). Mas também há uma série implicações diretas para outros

ODS. Reduzir o chumbo na gasolina está ligada à redução das taxas de pobreza, redução do impacto sobre os rendimentos pessoais relacionados com problemas de saúde (ODS1) . Globalmente, o conjunto de benefícios econômicos da eliminação do chumbo no petróleo, tem implicações significativas para o mercado interno bruto (PIB) e crescimento econômico, particularmente em países em desenvolvimento (ODS8). A introdução de veículos mais limpos e eficientes contribuem para padrões de produção e consumo mais responsáveis (ODS12). O sucesso desta campanha, apoiada por uma parceria público-privada que inclui mais de 72 organizações, ilustra as oportunidades de parcerias globais para o desenvolvimento sustentável (ODS17).

5

IDENTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS NO BRASIL PARA OS ODS PRIORITÁRIOS PARA O SETOR

A seguir são apresentados, a partir de um conjunto de ODS prioritários, as metas relevantes para indústria de petróleo e gás, as oportunidades de integração destes ODS na gestão de negócios e exemplos de iniciativas que podem ser replicadas por outras empresas desta indústria e de outros segmentos produtivos no Brasil.

5.1 ODS 3: Assegurar uma Vida Saudável e Promover o Bem-Estar para Todas e Todos, em Todas as Idades

5.1.1 Metas do ODS 3 Relevantes para Indústria de Petróleo e Gás

- Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis;
- Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar;

- Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool;
- Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas;
- Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos;
- Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo;
- Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde.

5.1.2 Integração do ODS 3 aos Negócios de Petróleo e Gás

- Realizar avaliações de impacto na saúde para fortalecer a capacidade de gerenciar os riscos para a saúde;
- Reduzir os riscos ocupacionais;
- Proteger os trabalhadores e membros da comunidade contra doenças infecciosas;
- Proteger os trabalhadores e os membros da comunidade contra doenças não transmissíveis;
- Abordar a saúde mental e abuso de substâncias;
- Projetar programas de benefícios;

- Prevenir e mitigar os impactos na saúde das emissões atmosféricas e das descargas de efluentes;
- Melhorar a segurança rodoviária.

5.1.3 Iniciativas da Indústria para o ODS 3

Programa Saúde na Estrada - Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (IPIRANGA)

O Programa atravessou as estradas do Brasil, proporcionando uma melhoria significativa na segurança e qualidade de vida dos motoristas de caminhão. As ações da Ipiranga incluem exames clínicos gratuitos para motoristas, incluindo exames para glicemia, pressão arterial, acuidade visual, índice de massa corporal (IMC) e vacinas. Os participantes também recebem informações sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (ETS) e dengue.

A fim de aumentar a conscientização e mobilizar os motoristas contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas do país, o projeto divulga materiais de comunicação produzidos pelo Programa na Mão Certa.

Saúde na Rodovia tem o apoio das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, das Universidades, da Polícia Rodoviária Federal e das Forças Estaduais de Segurança Pública. É realizado exclusivamente na cadeia de posto de serviços "Rodo Rede" da Ipiranga, onde especialistas estão disponíveis para atender viajantes rodoviários, especialmente motoristas de caminhão.

Desde 2008, o programa visitou mais de 168 municípios, realizou 843 eventos e ajudou mais de 400 mil pessoas.

5.2 ODS 4: Assegurar a Educação Inclusiva e Equitativa e de Qualidade, e Promover Oportunidades de Aprendizagem ao Longo da Vida para Todas e Todos

5.2.1 Metas Relevantes do ODS 4 para Indústria de Petróleo e Gás

- Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes;
- Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade;
- Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo;
- Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade;

- Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável;
- Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, conteúdos técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.

5.2.2 Integração do ODS 4 aos Negócios de Petróleo e Gás

- Estabelecer estratégias sobre conteúdo local para promover o desenvolvimento sustentável;
- Investir em educação e treinamento técnico para força de trabalho;
- Desenvolver Programas;
- Investir em educação e treinamento sobre uso responsável de energia e novas tecnologias.

5.2.3 Iniciativas da Indústria para o ODS 4

Plataforma Educativa: Educação para o Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Litorâneas - REPSOL SINOPEC

As comunidades litorâneas têm na pesca artesanal um de seus principais meios de subsistência. No entanto, para o exercício pleno da profissão e o acesso a benefícios sociais são necessárias habilitações específicas, condicionadas à realização de cursos de qualificação inacessíveis a grande parte dessas comunidades. A Repsol Sinopec através do projeto Plataforma Educativa tem atuado como mediadora e indutora de benefícios socioeconômicos sustentáveis para comunidades litorâneas de São Paulo e Rio de Janeiro oferecendo cursos de qualificação profissional envolvendo uma rede de parceiros e agregando os interesses de diferentes partes interessadas.

Em uma unidade móvel de 12 metros de comprimento, equipada com computadores, kits multimídias, energia solar e com capacidade para atender 25 alunos por turma, são oferecidas palestras nas áreas de saúde e meio ambiente e cursos voltados especialmente para a comunidade pesqueira como "Gestão de Resíduos no Mar", "Processamento de Pescados", "Manutenção Preventiva de Motores", "Radio amador", "Pescador Profissional" (POP) e "Marinheiro Auxiliar de Convés" (MAC).

A Plataforma Educativa conta com o apoio de uma rede de parceiros – Marinha do Brasil, empresas privadas, Prefeituras e Secretarias Municipais de Educação, Meio Ambiente e Turismo das cidades por onde passa. Através destas parcerias a Plataforma Educativa também oferece atividades complementares aos assuntos relacionados às atividades profissionais do pescador com palestras sobre: "Legalização de embarcações e provas de habilitação arrais amador e mestre amador", "Legislação ambiental sobre pesca" e de interesse comum como "Preservação ambiental", orientações sobre saúde e condutas de risco, aferição de pressão e medição de diabetes.

Resultados:

Todas as atividades são gratuitas e desde a sua criação, em julho de 2009, o Plataforma Educativa Repsol Sinopec já esteve em dezoito cidades da costa brasileira, em algumas delas mais de uma vez atendendo a algumas das necessidades da população local, beneficiando mais de 12 mil pessoas.

Plataforma Educativa Repsol Sinopec: http://www.repsolsinopec.com.br/web/guest/29

5.3 ODS 5: Alcançar a Igualdade de Gênero e Empoderar todas as Mulheres e Meninas

5.3.1 Metas Relevantes do ODS 5 para Indústria de Petróleo e Gás

- Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte;
- Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos;
- Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;
- Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e

controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais;

- Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.

5.3.2 Integração do ODS 5 aos Negócios de Petróleo e Gás

- Desenvolver políticas de conteúdo local sensíveis ao gênero;
- Apoiar a participação plena e efetiva das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão;
- Aumentar as oportunidades de emprego para mulheres e representação feminina na gestão.

5.3.3 Iniciativas da Indústria para o ODS5

Projeto de Educação Ambiental Fortalecimento da Organização Comunitária (PEA-FOCO)

O PEA-FOCO é um projeto do Programa de Educação Ambiental do IBAMA, executado pela empresa de petróleo STATOIL.

O **PEA-FOCO** tem como público-alvo as mulheres que estão relacionadas à cadeia produtiva da pesca artesanal das seguintes comunidades pesqueiras: Gargaú, Sossego, Guaxindiba, Barrinha, Lagoa Feia e Barra do Itabapoana, em São Francisco do Itabapoana, e Atafona, Açu e Quixaba, em São João da Barra, totalizando nove (9) comunidades de dois (2) municípios da região da Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, Brasil.

Tendo presente que, nos municípios onde se desenvolve o PEA-FOCO, a desvalorização do trabalho feminino é agravada pela condição atual da pesca artesanal no Brasil e pelo próprio processo histórico de exploração da mulher, decorrente do sistema patriarcal consolidado na sociedade brasileira, o PEA-FOCO visa favorecer a emancipação das mulheres e o reconhecimento de seu papel e atuação nos domínios econômico, social e ambiental da região, respeitando as relações de interdependência próprias da vida comunitária.

O PEA-FOCO realizou o 1° Encontro das Mulheres inseridas na cadeia produtiva da pesca artesanal, contando com a presença de lideranças que participam do projeto, de representantes da sociedade civil e de órgãos do governo. O Projeto também desenvolve processos formativos por meio de cursos para dezenas de mulheres, atualmente conhecidas como educadoras populares; além de ter criado uma comissão articuladora do PEA-FOCO, com o objetivo de discutir os problemas regionais, bem como de criar uma agenda comum para as nove comunidades.

Atualmente, o projeto possui duas sedes: uma no centro dos municípios de São Francisco de Itabapoana e em Açu/São João da Barra. Além disso, uma entidade jurídica de defesa de direitos -a Associação de Mulheres Apoiadoras do PEA-FOCO- está sendo formalizada com a intenção de garantir espaço nos fóruns de discussão da sociedade, como os Conselhos Municipais que discutem questões de gênero e de saúde e o Território da Cidadania.

PEA-FOCO: http://www.pea-bc.ibp.org.br/?view=projeto-apresentacao&id=5

5.4 ODS 8: Promover o Crescimento Econômico Sustentado, Inclusivo e Sustentável, Emprego Pleno e Produtivo e Trabalho Decente para Todas e Todos

5.4.1 Metas Relevantes do ODS 8 para Indústria de Petróleo e Gás

- Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra;
- Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros;
- Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança;

- Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor;
- Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas;
- Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários;
- Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gere empregos e promove a cultura e os produtos locais;
- Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.

5.4.2 Integração do ODS 8 aos Negócios de Petróleo e Gás

- Conduzir avaliação de habilidades e comunicar expectativas razoáveis;
- Promover o emprego local completo e produtivo e o desenvolvimento da força de trabalho;
- Incentivar o aprovisionamento local e o desenvolvimento de fornecedores.

5.4.3 Iniciativas da Indústria para o ODS 8

Iniciativa Jovem e Iniciativa Empreendedora (LiveWIRE) – SHELL BRASIL

O LiveWIRE, é um programa da Shell Brasil, realizado há dezesseis anos e que pretende formar a maior rede de empresários do País comprometidos com o desenvolvimento sustentável e a inovação. Há duas versões do LiveWIRE: no Rio de Janeiro é chamado Shell Iniciativa Jovem, que significa "Iniciativa Juvenil" e na área de influência dos negócios, o nome é Shell Iniciativa Empreendedora, que significa "Iniciativa Empresarial".

Ambos os programas alavancam as empresas com potencial para contribuir para o desenvolvimento social e econômico em suas comunidades, apoiando-as para serem inovadoras, éticas e sustentáveis, oferecendo apoio técnico e de gerenciamento de forma duradoura a longo prazo. Por último, mas não menos importante, o LiveWIRE aprofunda a cultura empresarial na comunidade e estimula relações comerciais saudáveis em uma rede de empresas sustentáveis.

O LiveWIRE apóia desenvolvimento de empresas através de:

(A) Um programa integrado de treinamento empresarial projetado para atender às necessidades do empreendedor em cada estágio do ciclo de vida das empresas;

(B) Atividades de networking e conscientização;

(C) Apoio de aconselhamento empresarial, treinamento e orientação;

(D) Prêmios;

(E) Selo de Empresa Sustentável;

(F) Rede de negócios onde ex participantes, juntamente com novos empreendedores, participam de reuniões de rede periódicamente e buscam oportunidades de negócios mutuamente benéficas.

Tudo isso cria uma comunidade empresarial colaborativa comprometida com uma nova maneira de fazer negócios. Fortalece o ecossistema; encorajando práticas éticas e uma abordagem inovadora promove o impacto positivo na sociedade, contribuindo para mais relações comerciais e um Brasil melhor para todos.

5.5 ODS 9: Construir Infraestruturas Resilientes, Promover a Industrialização Inclusiva e Sustentável e Fomentar a Inovação

5.5.1 Metas Relevantes do ODS 9 para Indústria de Petróleo e Gás

- Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos;
- Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos;
- Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados;

- Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades;
- Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento;
- Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities.

5.5.2 Integração do ODS 9 aos Negócios de Petróleo e Gás

- Atualizar infraestrutura e tecnologia para torná-los sustentáveis;
- Avaliar oportunidades potenciais para infraestrutura de uso compartilhado.

5.5.3 Iniciativas da Indústria para o ODS 9

Tecnologia que Mede a Sensibilidade: Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP)

Ciente da importância de mapear os diferentes ambientes para conduzir suas atividades de exploração e produção no mar, a QGEP, em cooperação com a Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) e

a Universidade Federal da Bahia (UFBA) investiu no projeto de Pesquisa e Desenvolvimento, JAPI (nome de uma ave observado no litoral sul da Bahia, região nordeste do Brasil).

Iniciado e realizado entre 2011 e 2014, o esforço conjunto resultou em 22 mapas que hierarquizam os diversos tipos de contorno de costa – manguezais, praias, margens de rios e outros– dos municípios de Canavieiras, Una e Belmonte, conforme o grau de sensibilidade de cada tipo de contorno costeiro a potenciais derrames de óleo.

Mais do que isso, os mapas foram idealizados de maneira a correlacionar as épocas do ano e as influências de maré, aos graus de maior ou menor sensibilidade de cada ambiente. Trata-se do mais completo e detalhado estudo desse tipo realizado no Brasil até o momento. Sua grande inovação metodológica foi introduzir, entre os elementos habitualmente considerados para a confecção de mapas de sensibilidade ambiental, a variável temporal: as variações de correntes, ventos e vazões dos rios conforme as estações do ano e as horas de maré.

O trabalho revelou ainda uma surpresa: a intensa e rápida erosão da linha de costa na região. O fenômeno já havia sido observado pelos moradores, mas sua surpreendente rapidez e intensidade foram reveladas pela análise das imagens de satélite. Todo o material foi disponibilizado para as comunidades locais afim de promover ferramental importante para a preservação local. O estudo está também disponível para todos os interessados através de um site especialmente desenvolvido.

Site: http://projetojapi.lamce.coppe.ufrj.br/

5.6 ODS 11: Tornar as Cidades e os Assentamentos Humanos Inclusivos, Seguros, Resilientes e Sustentáveis

5.6.1 Metas Relevantes do ODS 11 para Indústria de Petróleo e Gás

- Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países;
- Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo;
- Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros;
- Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, da periferia urbana e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento;
- Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.

5.6.2 Integração do ODS 11 aos Negócios de Petróleo e Gás

- Proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo;
- Apoiar uma urbanização inclusiva e sustentável em comunidades próximas a operações;
- Abordar os riscos relacionados às operações em ambientes urbanos.

5.6.3 Iniciativas da Indústria para o ODS 11

Logística Reversa de Embalagem de Óleos Lubrificantes – Instituto Jogue Limpo

O Jogue Limpo é um sistema de logística reversa de embalagens plásticas de óleo lubrificante usadas, estruturado e disponibilizado gratuitamente pelos fabricantes de óleos lubrificantes, nos pontos geradores cadastrados. Através da reciclagem, o Jogue Limpo tratada adequadamente as embalagens usadas recolhidas, visando dar o destino ambientalmente correto, transformando-as em insumo industrial, evitando agressão à natureza.

Fatos e Dados de 2016:

- 4 Operadoras Logísticas, gerando 180 empregos diretos;
- 19 centrais de recebimento e 60 caminhões;
- 42.000 pontos geradores cadastrados;
- Cada caminhão roda mais de 3.800 km/mês;
- 11 pontos geradores por município;
- 26 Kg coletados em cada visita;
- 4.500 toneladas de plástico com destinação ambiental correta;
- 530.000.000 embalagens recolhidas desde 2005.

Compromissos e Metas Atendidas:

- Assinatura do Acordo Setorial com o Min.do Meio Ambiente em Dez/2012, baseado na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010);
- Cobertura de 100% dos municípios dos estados que vão do Ceará ao Rio Grande do Sul, incluindo o Distrito Federal;
- Atendimento dos segmentos de postos de serviço, concessionárias de veículos e distribuidores/atacadistas de lubrificantes;
- Realização de campanhas voltadas à educação ambiental e divulgação do Sistema de Logística Reversa;
- Cumprimento dos Termos de Compromisso com Estados.

Como funciona:

- O Jogue Limpo contrata empresas gestoras (operadoras logísticas) nos estados onde atua;
- As Operadoras logísticas são responsáveis pelo cadastramento de geradores, coleta/recebimento das embalagens e administração das centrais de armazenagem;
- A frota de caminhões, equipados com alta tecnologia, atendem aos requisitos de segurança, controle e cuidado com o meio ambiente;
- O sistema de monitoramento, permite acompanhamento das rotas e informações do peso do plástico recebido nos pontos geradores cadastrados;
- No ato do recebimento das embalagens, é entregue um comprovante ao gerador, com informação sobre o peso, a qual é transmitida em tempo real, através de leitura do código de barras pelo smartphone disponível em cada caminhão.

Operação:

- Visitas do Sistema de Recebimento Itinerante: realizadas de forma programada e periódica aos comerciantes cadastrados;
- Ato da pesagem: emite comprovante que poderá ser exigido pelo órgão ambiental durante o processo de licenciamento;
- Centrais de Recebimento: embalagens são drenadas, em alguns casos segregadas por cor, e prensadas ou moídas, para serem acondicionadas e encaminhadas às recicladoras credenciadas;
- Recicladora: se necessário o material é triturado. Depois de submetido a processo de descontaminação do óleo lubrificante residual, é transformado em matéria-prima para novas embalagens e outros produtos plásticos, retornando à cadeia de produção.

Instituto Jogue Limpo: https://www.joguelimpo.org.br/institucional/index.php

5.7 ODS 13: Tomar Medidas Urgentes para Combater a Mudança Climática e seus Impactos

5.7.1 Metas Relevantes do ODS 13 para Indústria de Petróleo e Gás

- Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países;

- Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais;
- Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima;
- Implementar o compromisso assumido pelos países integrantes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível;
- Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.

5.7.2 Integração do ODS 13 aos Negócios de Petróleo e Gás

- Planejar estrategicamente um futuro de emissões zero;
- Auto-avaliação da resiliência ao carbono;
- Fortalecer a capacidade de adaptação e capacidade de adaptação aos impactos das mudanças climáticas;
- Mitigar as emissões nas operações de petróleo e gás: Minimizando a queima de gás e emissões de metano;
- Desenvolvimento de CCS.

5.7.3 Iniciativas da Indústria para o ODS 13

Iniciativa de Petróleo e Gás sobre o Clima – OGCI (Oil and Gas Climate Initiative)

A Iniciativa de petróleo e gás sobre o clima é uma iniciativa liderada por CEOs que visam mostrar a liderança do setor na resposta às mudanças climáticas. A OGCI é composta por dez empresas de petróleo e gás que colaboram em ações para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

O ambicioso acordo definido pela Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 21) em Paris é um marco importante na tentativa de transformar nossos sistemas de energia. A indústria de petróleo parabeniza a iniciativa e reconhece que o cumprimento do objetivo desafiador estabelecido exigirá novas abordagens, novas políticas e ações práticas, tanto no setor de energia como em outros lugares.

A missão da OGCI é usar recursos coletivos para acelerar ações que mitiguem as emissões de gases de efeito estufa das operações do setor de petróleo e gás e o uso de seus produtos, enquanto ainda atendem às necessidades energéticas mundiais.

Em novembro de 2016, as empresas membros anunciaram a formação da *OGCI Climate Investments*, um investimento de um bilhão de dólares na próxima década para acelerar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que, uma vez comercializadas, têm o potencial de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em uma escala significativa.

A avaliação estratégica explorou as ações identificadas pela IEA (International Energy Agency) e outros como tendo o potencial de reduzir as emissões de gases de efeito estufa o suficiente até 2040, mantendo a trilha para um cenário de 2 °C.

Os membros da OGCI respondem por mais de um quinto da produção global de petróleo e gás e mais de 10% do suprimento de energia. As empresas membros incluem: BP, CNPC, ENI, PEMEX, RELIANCE, REPSOL, SAUDI ARAMCO, SHELL, STATOIL E TOTAL.

OGCI: http://www.oilandgasclimateinitiative.com/

5.8 ODS 14: Conservação e Uso Sustentável dos Oceanos, dos Mares e dos Recursos Marinhos para o Desenvolvimento Sustentável

5.8.1 Metas Relevantes do ODS 14 para Indústria de Petróleo e Gás

- Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes;
- Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos;
- Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis;

- Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível;
- Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo;
- Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos.

5.8.2 Integração do ODS 14 aos Negócios de Petróleo e Gás

- Incorporar avaliações ambientais em planos de gerenciamento;
- Minimizar e abordar a taxa de acidificação dos oceanos. Os oceanos absorvem CO2;
- Prevenção, preparação e resposta de acidentes.

5.8.3 Iniciativas da Indústria para o ODS 14

Mapeamento Ambiental para Resposta de Emergência no Mar (MAREM)

O Projeto de Proteção e Limpeza da Costa e o Projeto de Proteção da Fauna foram desenvolvidos com o objetivo de estabelecer

um banco de dados georreferenciado de todo o litoral brasileiro e ilhas costeiras, a fim de fornecer suporte para o planejamento e gerenciamento de operações de resposta a acidentes envolvendo derramamentos de petróleo no mar, para o negócio de exploração e produção de indústria de petróleo e gás no Brasil.

Os projetos foram executados com base nas experiências de planejamento, gerenciamento e resposta a emergências ambientais, acumuladas tanto por empresas que operam no Brasil como em outros países.

Todo o conhecimento gerado pelos dois projetos foi consolidado e integrado em um banco de dados georreferenciado para permitir uma análise detalhada, mas ágil, em uma região que pode ser afetada por um derramamento de óleo. Este banco de dados é chamado de Mapeamento Ambiental para Resposta de Emergência no Mar (MAREM).

Resultados:

Com base no Projeto de Proteção e Limpeza da Costa, o setor brasileiro de exploração e produção de petróleo e gás e a área de preparação a incidentes com óleo podem contar com uma importante ferramenta técnica para o planejamento de respostas a emergências, priorizando ambientes a serem protegidos em caso de ocorrência de uma emergência ambiental, proteção de áreas sensíveis e tomada de decisão sobre estratégias de proteção e limpeza da costa, a serem adotadas em caso de acidentes com derramamentos de óleo no mar.

Além dessas vantagens técnicas para o planejamento das respostas às emergências, este projeto reduz os custos através de: conformidade legal, previsibilidade para atividades exploratórias (sísmicas e de perfuração) e decisão confortável para o órgão ambiental (IBAMA) conceder licença ambiental para as atividades de petróleo e gás.

Dados relevantes:

- 19 estados, 282 municípios, 2.139 localidades e 1.006 ilhas costeiras, mapeados;
- 4.343 espécies avaliadas;
- 120 espécies prioritárias para conservação catalogadas; e
- 78 áreas prioritárias para conservação identificadas.

Membros Fundadores do MAREM:

Anadarko, BG Brasil, BP, Chevron, Ecopetrol, ExxonMobil, HRT, Maersk Oil, OGPar, Perenco, Petrobras, PremierOil, QGEP, Repsol Sinopec, Shell, Sonangol Starfish, Statoil, Total e Vanco.

Para visualizar o mapa georreferenciado contendo todas as informações pesquisadas no Mapeamento Ambiental para Resposta de Emergência no Mar. Clique aqui: http://www.marem-br.com.br/webapp/index-pt.html

5.9 ODS 16: Promover Sociedades Pacíficas e Inclusivas para o Desenvolvimento Sustentável, Proporcionar o Acesso à Justiça para Todos e Construir Instituições Eficazes, Responsáveis e Inclusivas em Todos os Níveis

5.9.1 Metas Relevantes do ODS 16 para Indústria de Petróleo e Gás

- Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares;
- Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos;
- Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado;
- Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas;
- Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis;
- Garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis;
- Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

5.9.2 Integração do ODS 16 aos Negócios de Petróleo e Gás

- Integrar a perspectiva dos direitos humanos nas avaliações de impacto;
- Obter o compromisso e consentimento da comunidade;
- Integrar sistemas anti-corrupção.

5.9.3 Iniciativas da Indústria para o ODS 16

Quilombos no Projeto de Educação Ambiental (QUIPEA) – SHELL BRASIL

O QUIPEA é um projeto do Programa de Educação Ambiental do IBAMA, executado pela empresa de petróleo SHELL BRASIL.

O QUIPEA tem como objetivo desenvolver ações de Educação Ambiental com as Comunidades Quilombolas presentes na Bacia de Campos, na perspectiva de fortalecer seus laços, sua identidade de resistência e sua participação nas decisões sobre o espaço onde vivem, especialmente nas ações que requerem licenciamento ambiental. Busca-se, nesse sentido, promover a discussão local sobre os problemas socioambientais, bem como a construção coletiva de soluções e ações mitigatórias para o meio ambiente e para a sociedade civil naquela região.

Participam do projeto 21 comunidades remanescentes de quilombos certificadas pela Fundação Cultural Palmares e que estão presentes em oito (8) municípios situados na região da área de influência dos empreendimentos da Shell: Sobara (Araruama/RJ); Maria Joaquina, Botafogo, Preto Forro e Maria Romana (Cabo Frio/RJ); Baía Formosa e Rasa (Armação dos Búzios/RJ); Boa Vista, Bacurau, Machadinha, Mutum e Santa Luzia (Quissamã/RJ); Aleluia, Batatal, Cambucá, Conceição do Imbé (Campos dos Goytacazes/RJ); Deserto Feliz (São Francisco de Itabapoana/RJ); Barrinha (São Francisco de Itabapoana); Boa Esperança e Cacimbinha (Presidente Kennedy/ES) e Graúna (Itapemirim/ES).

No período de 2010-2011, o QUIPEA viveu sua primeira fase dedicada à sua inserção comunitária e à elaboração de uma agenda socioambiental. Em 2012, o projeto entrou na sua segunda fase de

execução, dedicando-se a implementar as principais reivindicações: criação de uma Comissão Articuladora que representa as comunidades quilombolas; realização de seis seminários de formação de lideranças e de vinte cursos de capacitação técnica dos comunitários; realização de dois eventos culturais anuais para intercâmbio e fortalecimento de sua identidade e realização de um encontro regional para discussão e planejamento participativo da próxima fase do projeto.

Em maio de 2016 o projeto entrou em sua fase 3, estimulando a intensa participação comunitária na sua gestão. A equipe responsável pela execução das ações do QUIPEA conta com três (3) coordenadoras de campo e quatorze (14) apoiadores locais quilombolas.

5.10 ODS 17: Fortalecer os Meios de Implementação e Revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável

5.10.1 Metas Relevantes do ODS 17 para Indústria de Petróleo e Gás

- Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas;
- Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes;

- Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado;
- Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento;
- Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

5.10.2 Integração do ODS 17 aos Negócios de Petróleo e Gás

- Desenvolver a capacidade do governo;
- Desenvolver e divulgar tecnologias energéticas sustentáveis.

5.10.3 Iniciativas da Indústria para o ODS 17

Empoderar para Fomentar Transformações - Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP)

No sul da Bahia, no Brasil, a QGEP implementou o plano de compensação da atividade pesqueira (PCAP) conduzido com total participação dos extrativistas locais.

O PCAP com os pescadores artesanais potencialmente impactados pela atividade de perfuração marítima no Bloco BM-J-2, permitiu identificar distintos cenários organizativos da classe pesqueira inserida na área de Influência da atividade.

O plano foi implementado considerando abordagens metodológicas específicas para os pescadores artesanais do município de Ilhéus e da área de abrangência da Reserva Extrativista de Canavieiras (RESEX), que considera os municípios de Una, Canavieiras e Belmonte.

No caso da RESEX, tendo em vista o nível de organização dos extrativistas, adotou-se o pressuposto de fortalecimento da unidade de conservação ambiental enquanto institucionalidade legítima dos pescadores.

Foram realizados diálogos de aprendizagem e análise das demandas apresentadas pelos extrativistas que consultaram às bases de suas comunidades. As aprovações ocorreram em formato de audiência com participação de representantes dos extrativistas, da QGEP e do órgão ambiental licenciador (IBAMA).

A complexidade do desafio apresentado era proporcional a capacidade de resposta do grupo e um legítimo processo endógeno de desenvolvimento. De modo inédito, o órgão licenciador aprovou os comunitários como gestores financeiros da verba destinada pela QGEP, apresentando prestação de contas das atividades realizadas conforme andamento da implementação, empoderando assim a comunidade extrativista.

Organizados em mutirões, eles conduziram a implantação do PCAP, que incluiu a construção das sedes das associações – espaços que ampliam e fortalecem as lutas da classe. De forma geral, esta experiência reafirmou a crença em que a qualidade dos resultados é produto da qualidade das relações que se estabelece com os diversos públicos. Trabalhar no enfoque participativo produz ganhos mais sustentáveis e é possível avançar no estabelecimento de uma lógica própria de gestão de projetos comunitários que dialogue com processos institucionais já estabelecidos.

6

TENDÊNCIAS E RUPTURAS: O FUTURO DO SETOR FRENTE AOS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), publicados pela ONU em 2015, representam uma importante agenda de sustentabilidade na busca de um futuro mais inclusivo, justo e responsável. Os ODS foram definidos para serem cumpridos até 2030, e sinalizam a visão da sociedade para o futuro do planeta.

Os 17 objetivos e 169 metas incluem temas essenciais ao setor de petróleo e gás – como a atuação no combate às mudanças climáticas e o acesso à energia limpa e acessível –, nos quais a indústria de petróleo já vem atuando de maneira mais próxima. Entre as empresas do setor, a responsabilidade social é parte importante do negócio, e são desenvolvidos diversos projetos em comunidades impactadas direta ou indiretamente por suas atividades. Iniciativas de educação ambiental, investimentos na capacitação de jovens para inclusão no mercado de trabalho, ações operacionais para redução das emissões de gases de efeito estufa e o incentivo ao empreendedorismo social para melhoria da distribuição de renda têm sido elementos importantes na atuação das empresas do setor e no seu relacionamento com a sociedade. A continuidade e ampliação de tais projetos certamente representam uma contribuição relevante desta indústria para a agenda do desenvolvimento sustentável no Brasil.

Na área de Mudanças Climáticas, o IBP decidiu pela criação de uma comissão específica sobre o tema, com o objetivo de ampliar o debate dentro da indústria, promover a eficiência energética nas operações e propor soluções técnicas para mitigar emissões no setor.

No entanto, para garantir o desenvolvimento econômico sustentável, é fundamental que os 17 ODS sejam pensados e endereçados conjuntamente e de forma integrada, com a colaboração de toda a sociedade. Nesse sentido, a Visão do IBP de ser referência na gestão do conhecimento e na interlocução da indústria de óleo e gás com a sociedade está claramente alinhada com os ODS. O IBP entende que o setor de petróleo pode contribuir de forma efetiva e ser um elemento chave para o atingimento dos ODS, através do engajamento e da parceria com governos e a sociedade civil.

7

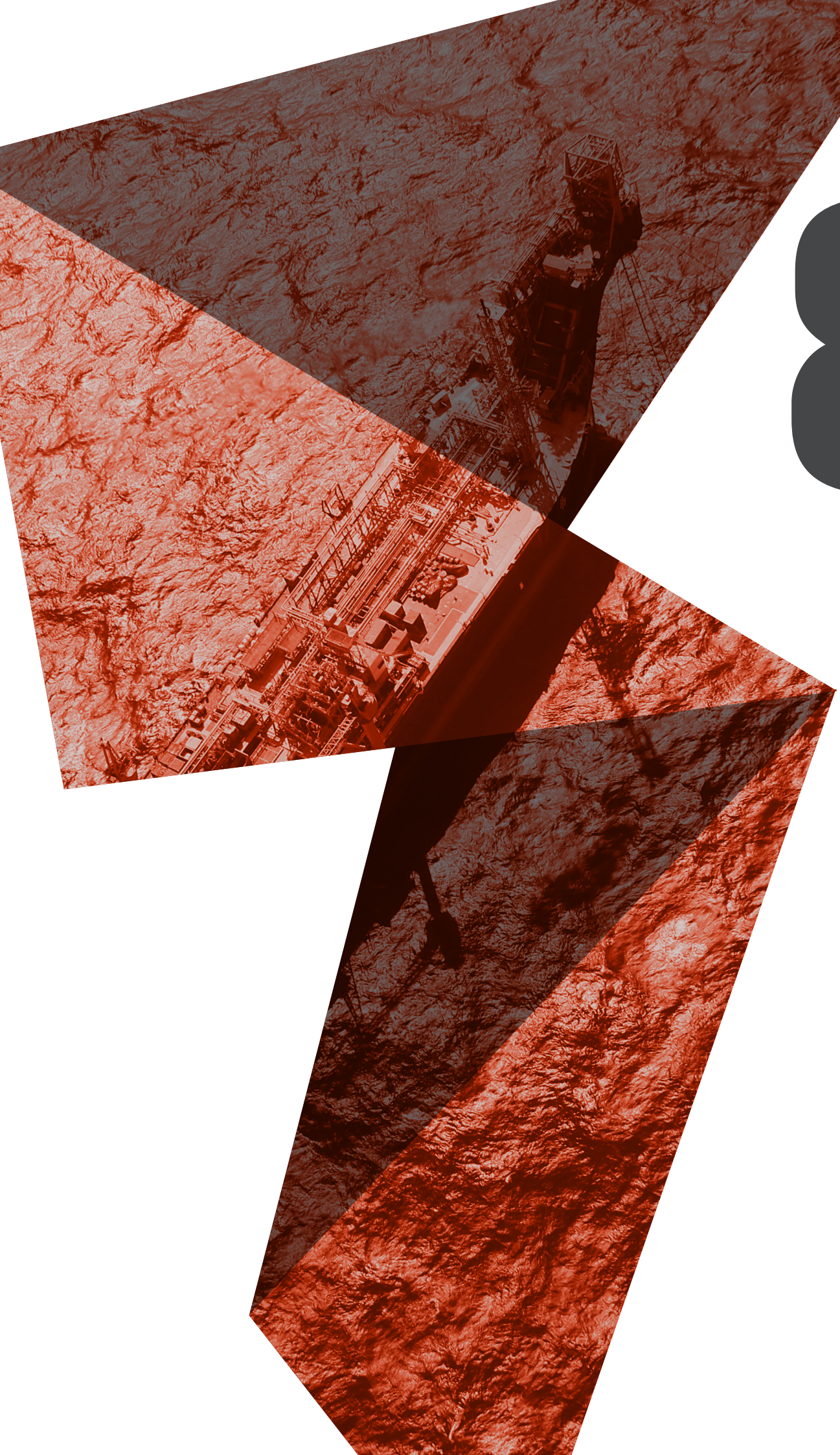
PRINCIPAIS TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS, NO MARCO DA SUSTENTABILIDADE, QUE SÃO REPRESENTATIVAS PARA O SETOR

O escopo e a natureza das atividades típicas de petróleo e gás apontam para alguns ODS onde há oportunidades particularmente fortes para contribuir.

O objetivo global para as empresas no contexto do desenvolvimento sustentável deve ser fazer negócios com responsabilidade - contribuir para a sociedade, minimizar os riscos e não causar danos. À medida que as empresas buscam o alinhamento e o direcionamento dos negócios aos ODS, percebem que individualmente precisam fazer suas próprias análises, para entender como suas atividades podem causar impacto. Os papéis e contribuições específicas de uma empresa de petróleo dependerá do contexto social, político e econômico local, dos seus próprios recursos, da fase de atividades de petróleo e gás (exploração, desenvolvimento, produção, encerramento ou desmantelamento) e as contribuições recebidas das comunidades locais e outras partes interessadas através do diálogo formal e do engajamento.

No entanto, as áreas onde a indústria de petróleo pode trazer contribuições importantes, para os ODS, são:

- Energia Acessível e Confiável (ODS7);
- Mudanças Climáticas e Vida na Terra e na Água (ODS 13, 14 e 15);
- Desenvolvimento Econômico e Inovação (ODS 8 e 9);
- Saúde e Acesso a Água Limpa (ODS 3 e 6).



8

DESAFIOS PARA O SETOR NO MARCO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os ODS são interligados, exigindo abordagens que garantam sinergias e gerenciem trade-offs.

Os 17 ODS estão interligados e muitos dos exemplos de integração com a gestão dos negócios de uma empresa, afetam múltiplos objetivos. As empresas devem considerar de forma proativa a adoção de uma abordagem integrada aos ODS, examinando como as intervenções em uma área também podem trazer sinergias ou trade-offs em outras áreas. A indústria de petróleo e gás está trabalhando para fazer parte da solução, ajudando a garantir os benefícios tanto para hoje como para as gerações futuras, ao mesmo tempo que apoia os esforços para reduzir os impactos negativos. A vasta pegada global da indústria apresenta uma oportunidade para ter um impacto significativo e sustentável na obtenção dos ODS, ao mesmo tempo que desempenha um papel importante no fornecimento de energia essencial para o crescimento de economias fortes.

9

OPORTUNIDADES PARA O SETOR NO MARCO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

9.1 ODS 1 – Erradicação da Pobreza

- Desenvolvimento Local;
- Mudanças Climáticas;
- Acesso à Energia.

9.2 ODS 2 – Erradicação da Fome

- Alinhamento de Atividades;
- Mudanças Climáticas;
- Uso Compartilhado da Infraestrutura.

9.3 ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

- Avaliação de Impacto sobre a Saúde;
- Segurança no Trânsito e nas Estradas;
- Proteção ao Trabalhador e à Comunidade.

9.4 ODS 4 – Educação de Qualidade

- Estratégia de Desenvolvimento Local;
- Educação da Força de Trabalho;
- Treinamento em Tecnologia.

9.5 ODS 5 – Igualdade de Gênero

- Políticas voltadas para Diversidade de Gênero;
- Tomada de Decisão Inclusiva;
- Oportunidades de Emprego para o Gênero Feminino.

9.6 ODS 6 – Água Potável e Saneamento

- Estratégia para Recursos Hídricos;
- Eficiência no Uso de Recursos Hídricos;
- Gestão de Riscos dos Recurso Hídricos.

9.7 ODS 7 – Energia Acessível e Limpa

- Uso do Gás Natural na Transição para uma Economia de Baixo Carbono;
- Aumento da Eficiência Energética;
- Maior participação das Energias Alternativas, na Matriz Energéitca.

9.8 ODS 8 – Trabalho Descente e Crescimento Econômico

- Avaliação de Competências;
- Desenvolvimento de Oportunidades de Emprego Local;
- Desenvolvimento de Trabalhadores e Fornecedores de Bens e Serviços.

9.9 ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

- Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável;
- Uso Compartilhado de Infraestrutura;
- Transferência de Tecnologia.

9.10 ODS 10 – Redução das Desigualdades

- Avaliação de Impacto;
- Ética e Transparência;
- Engajamento das Partes Interessasdas.

9.11 ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

- Proteção do Patrimônio Cultural e Natural;
- Avaliação de Riscos Operacionais;
- Urbanização Sustentável.

9.12 ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis

- Gerenciamento Eficaz de Resíduos;
- Sustentabilidade da Cadeia de Fornecedores;
- Padronização e Qualidade dos Produtos.

9.13 ODS 13 – Ação Contra Mudança do Clima

- Resiliência e Capacidade de Adaptação;
- Mitigação das Emissões de Gases de Efeito Estufa;
- Planejamento Estratégico dos Ativos de Petróleo e Gás.

9.14 ODS 14 – Vida na Água

- Prevenção e Resposta a Incidentes;
- Avaliação Ambiental Estratégica;
- Minimização da Acidificação dos Oceanos.

9.15 ODS 15 – Vida Terrestre

- Gestão dos Ecossistemas;
- Avaliação dos Benefícios Líquidos Ambientais para Tomada de Decisão das Ações de Mitigação;
- Gestão da Biodiversidade.

9.16 ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Fortes

- Engajamento da Comunidade;
- Anti-Corrupção e Anti-Suborno;
- Direitos Humanos.

9.17 ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação

- Diálogo e Coordenação das Ações;
- Capacidade de Governança;
- Energia Sustentável.

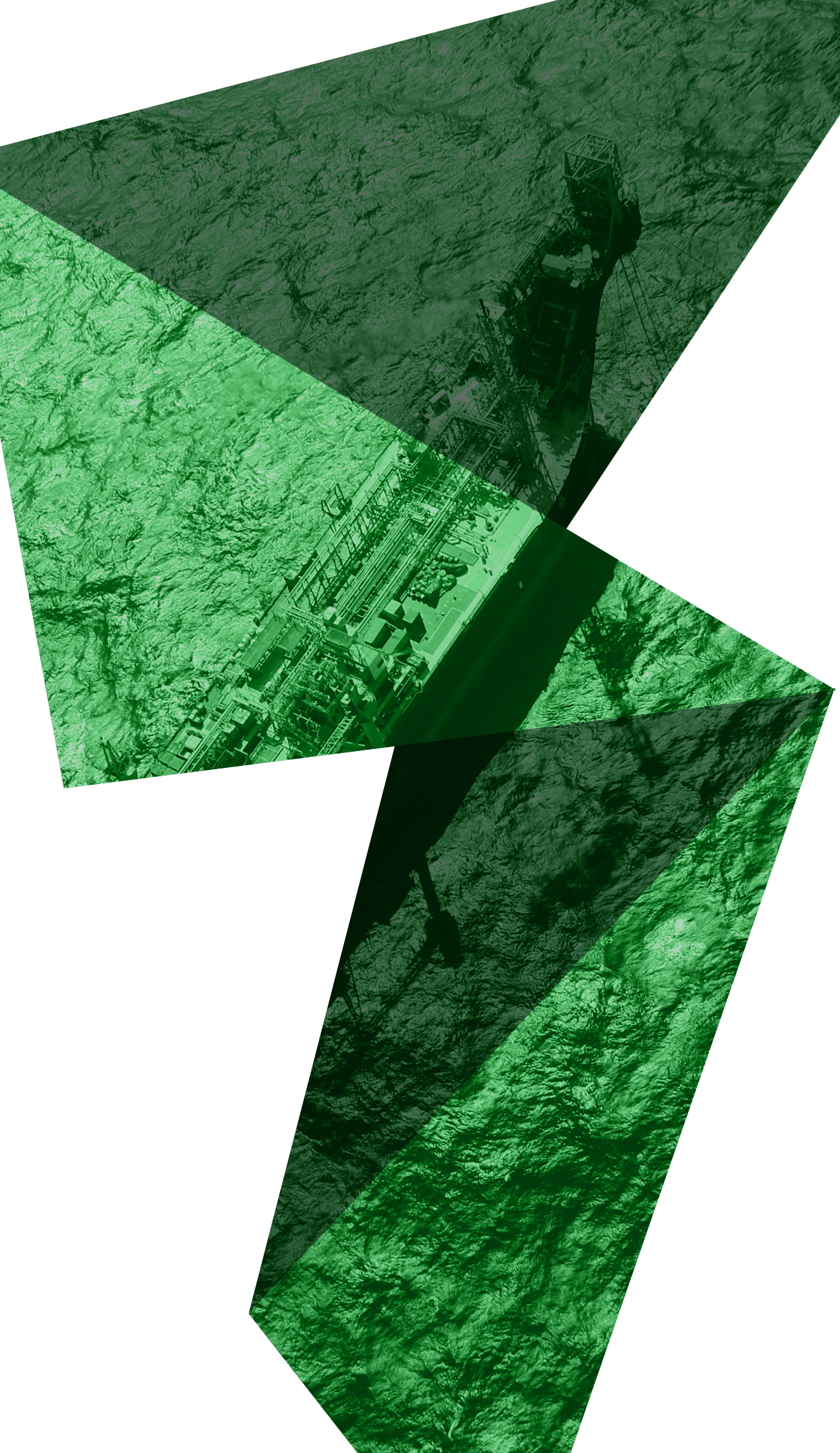
REFERÊNCIAS

IBP, 2017. Agenda da Indústria 2017, Petróleo, Gás e Biocombustíveis. Disponível em: https://www.ibp.org.br/personalizado/uploads/2017/07/IBP_AGENDA-DA-INDUSTRIA-2017.pdf

IBP, 2017, Relatório de Atividades 2016. Disponível em: https://www.ibp.org.br/personalizado/uploads/2017/03/IBP_Relatorio_Anual_2016_FINAL-WEB.pdf

Portal do PEA-BC, 2015. Disponível em: http://www.pea-bc.ibp.org.br/

PNUD, IPIECA e IFC, 2017, Mapping the Oil and Gas Industry to the Sustainable Development Goals: An Atlas. Disponível em: http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/poverty-reduction/mapping-the-oil-and-gas-industry-to-the-sdgs--an-atlas.html



ANEXOS

ANEXO A - LISTA DE ASSOCIADOS IBP

ASSOCIADOS PATRIMONIAIS

- ABDIB;
- Braskem;
- Chevron Brasil Petróleo Ltda;
- Companhia Ultragaz S.A.;
- Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.;
- Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.;
- Petrobras Distribuidora S.A.;
- Queiroz Galvão Exploração e Produção;
- Raízen Combustíveis;
- Repsol Sinopec;
- Shell Brasil Petróleo Ltda;
- Supergasbras Energia Ltda.

ASSOCIADOS SETORIAIS:

- Aker Solutions;
- Anadarko Petróleo Ltda;
- Azibras Exploração de P&G;
- Aspen Offshore LTDA;
- Baker Hughes do Brasil Ltda;
- Barra Energia;
- BG E&P Brasil Ltda;
- BHP Billiton | Petroleum & Potash;
- BP Energy do Brasil Ltda;
- CEPSA Óleo e Gás do Brasil Ltda;
- Chariot Brasil Petróleo e Gás Ltda;
- Clariant;

- COMGÁS – Companhia de Gás de São Paulo;
- CNODC Brasil Petróleo e Gás Ltda;
- CNOOC Petroleum Brasil;
- Ecopetrol Óleo e Gás do Brasil Ltda;
- Estaleiro Brasa;
- Expro do Brasil Serviços;
- Exxonmobil Química Ltda – Divisão de Exploração e Produção;
- Golar Power Latam Participações e Comércio LTDA;
- GranEnergia;
- Grantierra Energy Brasil Ltda;
- Halliburton Serviços LTDA;
- INPEX Petróleo Santos Ltda;
- Karoon Petróleo e Gás S.A.;
- Liga Logística de Óleo e Gás;
- Mcdermott Serviços Offshore do Brasil Ltda;
- Ouro Preto Óleo e Gás S.A.;
- Oil States Industries do Brasil Instalações Marítimas Ltda;
- Ouro Negro;
- Odebrecht Óleo e Gás LTDA;
- Parnaíba Gás Natural;
- Petrogal Brasil S.A.;
- PetroRecôncavo S.A.;
- PetroRio;
- Petrosynergy Ltda;
- Premier Oil do Brasil Petróleo e Gás Ltda;
- Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A.;
- Qatar Petroleum;
- Rosneft;
- Schlumberger Serviços de Petróleo Ltda;
- Sonangol Starfish Oil & Gas S.A.;
- Statoil Brasil Ltda;
- SINOCHEM Petróleo Brasil LTDA;
- Saipem do Brasil Serviços de Petróleo Ltda;

- SBM Offshore;
- Total E&P do Brasil Ltda;
- Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S.A. – TBG;
- Transocean;
- TechnipFMC;
- Wintershall do Brasil Serviços Ltda;
- Weatherford Ind e Com Ltda.

ASSOCIADOS COOPERADORES

- ABS Group Services do Brasil Ltda;
- Accenture;
- Aecom do Brasil Ltda;
- Aeróleo Taxi Aéreo S.A.;
- Afton Chemical Indústria de Aditivos Ltda;
- American Bureau of Shipping – ABS;
- Arkema Química LTDA;
- Ausenco do Brasil Engenharia Ltda;
- Barbosa, Mussnich & Aragão Advogados;
- BASF;
- Betunel Indústria e Comércio Ltda;
- BHS – Brazilian Helicopter Services Taxi Aéreo S.A.;
- Boston Consulting Group;
- Brasquímica;
- Bremer Berkes;
- Campos Mello, Pontes, Vinci & Schiller Advogados;
- Castrol Brasil Ltda;
- CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda;
- Chediak, Lopes da Costa, Cristofaro, Menezes Cortes, Rennó, Aragão Advogados;
- CSA Ciências Oceânicas Ltda.;
- Colliers Internacional;
- Companhia de Gás da Bahia – BAHIAGÁS;
- Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – Cemig;

- Companhia Pernambucana de Gás – Copergás;
- Comunicarte Marketing Cultural e Social LTDA;
- Confab Industrial S.A.;
- Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A;
- Costa do Sol Operadora Aeroportuária S/A;
- Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes;
- Det Norske Veritas;
- Deten Química S.A.;
- De Luca Consultoria em Petróleo e Gás Ltda.;
- Disbral – Distribuidora Brasileira de Asfalto;
- Dow Brasil S.A.;
- Dynamic Air;
- Dynatest Engenharia;
- EBTE Engenharia Ltda;
- ERM Brasil Ltda;
- ENGIE;
- EY;
- Fluor;
- FTI Consulting;
- Geohub Processamento e Gerência de Dados Ltda;
- Grant Thornton Brasil;
- Greca Distribuidora de Asfaltos Ltda;
- Gaia Importação, Exportação e Serviço LTDA;
- Honeywell do Brasil Ltda;
- IHS Markit;
- IKM Testing Brasil;
- Infotec Consultoria e Planejamento;
- Ingrax Ind. Com. Graxas Ltda;
- Intech Engenharia;
- Intertek;
- Inteliê Soluções em Informática Ltda.;
- Kriteria;
- KPMG Auditores Independentes;

- Liquigás Distribuidora S.A.;
- Lloyd's Register do Brasil Ltda;
- Lubrificantes Fenix;
- Lubrizol do Brasil Aditivos Ltda;
- Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados;
- Metroval Controle de Fluidos;
- Mitsui & Co (Brasil) S.A.;
- Nacional Gás Butano Distribuidora LTDA;
- Oceanpact Serviços Marítimos;
- Oge Óleo e Gás, Energia Consultoria Técnica e de Gestão – ME;
- Oxiteno S/A;
- Petrolub Industrial de Lubrificantes Ltda;
- Petronas;
- PGO Consultoria e Engenharia em Petróleo;
- Pinheiro Neto – Advogados;
- Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes;
- Probitec Produtos Betuminosos e Tecnologia de Aplicação S.A;
- Promax Produtos Máximos S.A. Ind e Com;
- Promon Engenharia Ltda;
- Protesystem Engenharia e Comércio Ltda;
- Prumo Logística;
- Prysmian Surflex Umbilicais e Tubos Flexíveis do Brasil Ltda;
- PSA Peugeot Citroen do Brasil LTDA;
- Radix Engenharia;
- RIP Serviços Industriais LTDA;
- RHMED;
- Rhodia Poliamida e Especialidades;
- Rosen Group;
- Sandvik Materials Technology do Brasil;
- Sinergas GNV do Brasil;
- Souza Cescon Advogados;
- Stratura Asfaltos S.A.;
- Sertecpet do Brasil Soluções Integrais Energéticas;

- Tecnoil;
- TN Petróleo;
- Tobras Distribuidora de Combustiveis;
- Tracerco do Brasil – Diagnósticos de Processos Industriais Ltda;
- Tradener Ltda;
- Transocean Brasil Ltda;
- Uphill Executive Search;
- Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A;
- Vitol (Brasil) LTDA;
- Wartsila Brasil Ltda;
- Welding Inspeções, Engenharia e Análises de Materiais;
- Wilson Sons Administração e Comércio.

ANEXO B - CONSELHO DIRETOR DO IBP

Presidente do Conselho
Hugo Repsold - PETROBRAS

Conselheiros Associados Patrimoniais:
André Araújo - SHELL BRASIL
Ivan de Sá Pereira Junior - PETROBRAS DISTRIBUIDORA
Javier La Rosa - CHEVRON BRASIL
Jorge Marques de Toledo Camargo - CONSULTOR
Lauro Marcos M. B. Cotta - SUPERGASBRAS
Leocadio de Almeida Antunes - IPIRANGA
Lincoln Rumenos Guardado - QUEIROZ GALVÃO EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO
Marcelo de Oliveira Cerqueira - BRASKEM
Nelson Roseira Gomes Neto - COMGÁS
Solange da Silva Guedes - PETROBRAS

Conselheiros Associados Setoriais:
Armando Guedes Coelho - CONSULTOR
Carlos Tadeu Fraga - GRAN ENERGIA

Conselheiros Eméritos:
Eduardo Demarchi Difini - CONSULTOR
João Carlos de Luca - BARRA ENERGIA
Otto Vicente Perrone - CONSULTOR
Paulo Guilherme de Aguiar Cunha - GRUPO ULTRA

Conselheiro Benemérito Fundador:
William Zattar - IN MEMORIAM

Presidente do Conselho Fiscal:
Ana Paula França Vieira Zettel - PETROBRAS

Membros Efetivos:
Adauto Pereira Carneiro - QGEP
Gustavo Bursztyn - SHELL BRASIL

Membros Suplentes:
Liliane Tucci Smith Freitas - BARRA ENERGIA
Sandro Cruz - REPSOL SINOPEC BRASIL
Valéria Arruda Martins - IPIRANGA

Diretor Presidente:
Jorge Marques de Toledo Camargo - IBP

Diretores:
Clarissa Lins - CATAVENTO CONSULTORIA
Claudio Borges T. G. de Oliveira - RAÍZEN
Fernando Assumpção Borges - PETROBRAS
José Firmo - SEADRILL
Leonardo Moreira Junqueira - REPSOL SINOPEC BRASIL
Marcelo Menicucci Esteves - SHELL BRASIL
Nelson Carvalho Gomes Leite - TECHNIPFMC

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI
Robson Braga de Andrade
Presidente

Diretoria de Relações Institucionais – DRI
Mônica Messenberg Guimarães
Diretora de Relações Institucionais

Gerência Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade – GEMAS
Shelley de Souza Carneiro
Gerente-Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Cíntia de Matos Amorim Viana
Daniela Cestarollo
Elisa Romano Dezolt
Erica dos Santos Villarinho
José Quadrelli Neto
Lucia Maria de Souto
Marcos Vinícius Cantarino
Mário Augusto de Campos Cardoso
Percy Baptista Soares Neto
Priscila Maria Wanderley Pereira
Rafaela Aloise de Freitas
Renata Medeiros dos Santos
Sérgio de Freitas Monforte
Wanderley Coelho Baptista
Equipe

Diretoria de Comunicação – DIRCOM
Carlos Alberto Barreiros
Diretor de Comunicação

Gerência Executiva de Publicidade e Propaganda – GEXPP
Carla Gonçalves
Gerente-Executiva de Publicidade e Propaganda

Diretoria de Serviços Corporativos – DSC
Fernando Augusto Trivellato
Diretor de Serviços Corporativos

Área de Administração, Documentação e Informação – ADINF
Maurício Vasconcelos de Carvalho
Gerente Executivo de Administração, Documentação e Informação

Alberto Nemoto Yamaguti
Pré e Pós-Textual

INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS – IBP

Gerência de Operações e SMS
Carlos Henrique Abreu Mendes
Gerente Executivo

Gerência de Relações Institucionais
Rosângela Nucara
Gerente Executiva

Gerência de Responsabilidade Social
Carlos Augusto Victal
Gerente

Rosângela Nucara
Carlos Henrique Abreu Mendes
Carlos Victal
Equipe Técnica

Editorar Multimídia
Projeto gráfico e diagramação

Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA